

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS COMPLEXOS DE ESTUDO DO MST: o caso da Escola Itinerante Zumbi dos Palmares de Cascavel/PR**

Dean Gomes de Oliveira<sup>1</sup>

### **Resumo**

A Escola Itinerante foi criada no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para garantir o direito à educação das crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de itinerância, enquanto estão acampados lutando pela desapropriação das terras improdutivas e implantação do assentamento. Assim, o presente trabalho buscou entender as dificuldades enfrentadas pela Escola Itinerante Zumbi dos Palmares, localizada no município de Cascavel, principalmente em relação às políticas pedagógicas e suas implicações no desenvolvimento da proposta dos Complexos de Estudos. A metodologia partiu de pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo, entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos gerados no processo de construção da proposta. Por fim, conclui-se que apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a escola tem o anseio de ensinar pautados em uma ideologia que se contrapõe a educação capitalista difundida por todo o Brasil.

**Palavras-chave:** Educação do Campo, Escola Itinerante, Complexos de Estudo.

### **Introdução:**

A educação é um dos principais alicerces para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), deste modo nasceram em várias partes do Brasil as Escolas Itinerantes, um espaço educacional no qual sua origem é ajustada em uma proposta pedagógica que atende às crianças, aos adolescentes e adultos dos acampamentos em todo território brasileiro.

Mesmo sob uma lona, com carteiras precárias e sem material pedagógico apropriado, as ações pedagógicas dessas escolas se desenvolvem inseparavelmente às contradições da própria sociedade capitalista. A aversão entre o capitalismo e a coragem dos assentados, formam militantes que lutam por direitos expropriados, como a terra negada, buscando constituir suas vidas em função dos interesses da classe trabalhadora do campo.

Assim, a educação do campo surge como uma proposta de lutar por uma educação que suprisse os anseios dos movimentos, com uma pedagogia própria, feita a partir de suas ideologias. O processo de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por terra e por Educação, conduziu a avanços quanto ao entendimento desse movimento social sobre a importância da Educação para a efetivação da Reforma Agrária, o que o levou a lutar por

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL), professordeanoliveira@gmail.com.

políticas públicas e pela construção de propostas pedagógicas emancipadoras e coerentes com os seus objetivos sociopolíticos. Inicialmente, durante as primeiras ocupações de terra, acreditava-se que era preciso antes conseguir a terra para depois lutar por outros direitos sociais. Todavia, aos poucos, se chegou à compreensão mais ampla de que a luta não era só por terra, mas por outros direitos sociais e que a Reforma Agrária é bem maior e complexa do que somente a luta pela terra (SAVI; ANTÔNIO, 2016).

No atual cenário educacional brasileiro, a escola do meio rural foi, e por muito tempo, comparada ao atraso social e à precariedade daqueles e daquelas que vivem no e do próprio campo. Essa educação do campo dificilmente se insere no debate nacional e muito menos nas políticas públicas brasileiras, dado as dificuldades que as mesmas se encontram, como sua não serventia para as classes dominantes.

Um dos maiores desafios está na consolidação da proposta, dos conteúdos, do método de ensino e da efetivação do projeto político pedagógico (PPP) que é a coluna dorsal da escola e da organização do trabalho pedagógico, e que depende de um conjunto de ideias e muito esforço coletivo e individual dos envolvidos e comprometido com a educação do campo que emerge da luta social para contrapor a educação fragmentada do sistema vigente.

Desta maneira, o presente trabalho buscou entender as dificuldades enfrentadas pela Escola Itinerante Zumbi dos Palmares, localizada no município de Cascavel, principalmente em relação as políticas pedagógicas e suas implicações no desenvolvimento da proposta dos Complexos de Estudos. Já a metodologia partiu de pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo, entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos gerados no processo de construção da proposta. Assim,

### **Escola Itinerante Zumbi dos Palmares: história e desafios**

De acordo com Henriques et al (2007), no processo de resistência à ditadura militar, e mais efetivamente a partir de meados da década de 1980, as organizações da sociedade civil, especialmente as ligadas à educação popular, incluíram a educação do campo na pauta dos temas estratégicos para a redemocratização do país. A ideia era reivindicar e simultaneamente construir um modelo de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos camponeses.

A partir desse contexto, a educação do campo foi se tornando um elemento norteador para as políticas do campo, como afirma Henriques et al (2007, p. 12):

Nesse ambiente político, aliando mobilização e experimentação pedagógica, passam a atuar juntos sindicatos de trabalhadores rurais, organizações comunitárias do campo, educadores ligados à resistência à ditadura militar, partidos políticos de esquerda, sindicatos e associações de profissionais da educação, setores da igreja católica identificados com a teologia da libertação e as organizações ligadas à reforma agrária, entre outras. O objetivo era o estabelecimento de um sistema público de ensino para o campo, baseado no paradigma pedagógico da educação como elemento de pertencimento cultural. Destacam-se nesse momento as ações educativas do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Movimento Eclesial de Base (MEB) (HENRIQUES et al, 2007, p. 12).

Com a Constituição Brasileira de 1988, o Estado juntamente com a sociedade brasileira, tem obrigação por lei de promover a educação para todos, salvaguardando o direito às distinções regionais e culturais de cada um. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, veio ao encontro dos anseios de uma educação do campo. Portanto, com o estabelecimento de uma base comum a todo o Brasil, foi possível a adequação da vida rural a educação, atendendo as peculiaridades de cada lugar, dando voz ao povo no e do campo.

As escolas itinerantes tiveram início no Rio Grande do Sul, espalhando-se posteriormente por muitos outros Estados do Brasil, onde o MST está organizado. A Escola Itinerante chegou ao Estado do Paraná no ano de 2003 pela luta do movimento, que não aceitava a condição de ter as crianças fora da escola ou sendo levados a estudar em escolas das cidades próximas dos acampamentos ou assentamentos (SAVI; ANTÔNIO, 2016).

Assim, em 07 de fevereiro de 2004, surge a Escola Itinerante Zumbi dos Palmares (Imagem 1), localizada no “Assentamento Dorcelina Folador”, na zona rural do município de Cascavel, pertencente a região Oeste Paranaense, sendo inaugurada com 360 alunos e 28 educadores, tendo o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak como escola base, possuindo sua sede no Assentamento Marcos Freire, no município de Rio Bonito do Iguçu/PR.

A escola base tem como papel fundamental, garantir a organização das Escolas Itinerantes, responsabilizando-se perante a Secretaria Estadual de Educação do Paraná, no que diz respeito às matrículas, transferências, certificação, merenda escolar, fundo rotativo, além da vida funcional dos educadores (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2008).

Desde sua fundação, a escola vem passando por diversas alterações, já que ela é uma escola viva, que se adapta as mudanças que estão ocorrendo ao seu redor, valorizando o diálogo por meio da discussão de temas pertinentes no qual o sujeito está inserido. Essas transformações ficam evidentes na forma com qual ocorre a mudança física dos espaços escolares, no qual uma sala de aula pode transferir-se de lugar de um dia para o outro. Essa mobilidade reflete na força e na ideologia do MST, que visa a ação em conjunto.



**Imagem 1: Salas de Aula e Pátio da Escola Itinerante Zumbi dos Palmares.**

A construção da escola ocorreu com o apoio de todos os integrantes, e por ser itinerante, ela se desloca com a força do movimento e se fixa com a cultura do local, trazendo consigo todas as características ora adquiridas com o passar do tempo.

O deslocamento dos estudantes de outros assentamentos até a instituição demonstra a importância da mesma para o movimento, para os pais e principalmente para os alunos, que conseguem viver o MST de forma mais ampla e abrangente.

Atualmente a escola trabalha com uma proposta desafiadora no campo educacional, compreendendo: Ciclos de Formação Humana; Área do Conhecimento, organizada por Complexos de Estudo, por Agrupamento e Reagrupamento por Necessidades ou por Potencialidades (SUCHECKI, 2013).

Sabe-se que a organização pedagógica e curricular da escola base e das escolas itinerantes, desde 2010, está organizada por Ciclos de Formação Humana, contudo alguns elementos da concepção curricular por Complexos de Estudo já estavam presentes nos planejamentos dos Ciclos, ou seja, anterior ao ano de 2013, quando oficialmente a proposta por complexos é tomada como referência. Assim, a organização pedagógica por Ciclos constituiu-se em um caminho que possibilitou avançar nas discussões e na proposição curricular por Complexos de Estudo para a escola Base e para as Escolas Itinerantes do MST. A referida proposta está organizada em um documento intitulado Plano de Estudos, que é o currículo prescrito organizado por Complexos (SAVI, ANTÔNIO; 2016).

### **Reflexões acerca a Organização Escolar, Complexos de Estudos e Vivência na Escola Itinerante**

Para o MST, a escola deve evidenciar um projeto de formação dos estudantes, cidadãos inseridos no processo de transformação da dinâmica do rural brasileiro. Para tanto, é necessário a unificação da vivência adquirida pela classe trabalhadora, ao lado da amplitude de horizontes do movimento, a qual servirá como direção para as lutas de classe, além de evidenciar que a educação buscada tem como objetivo o trabalho coletivo.

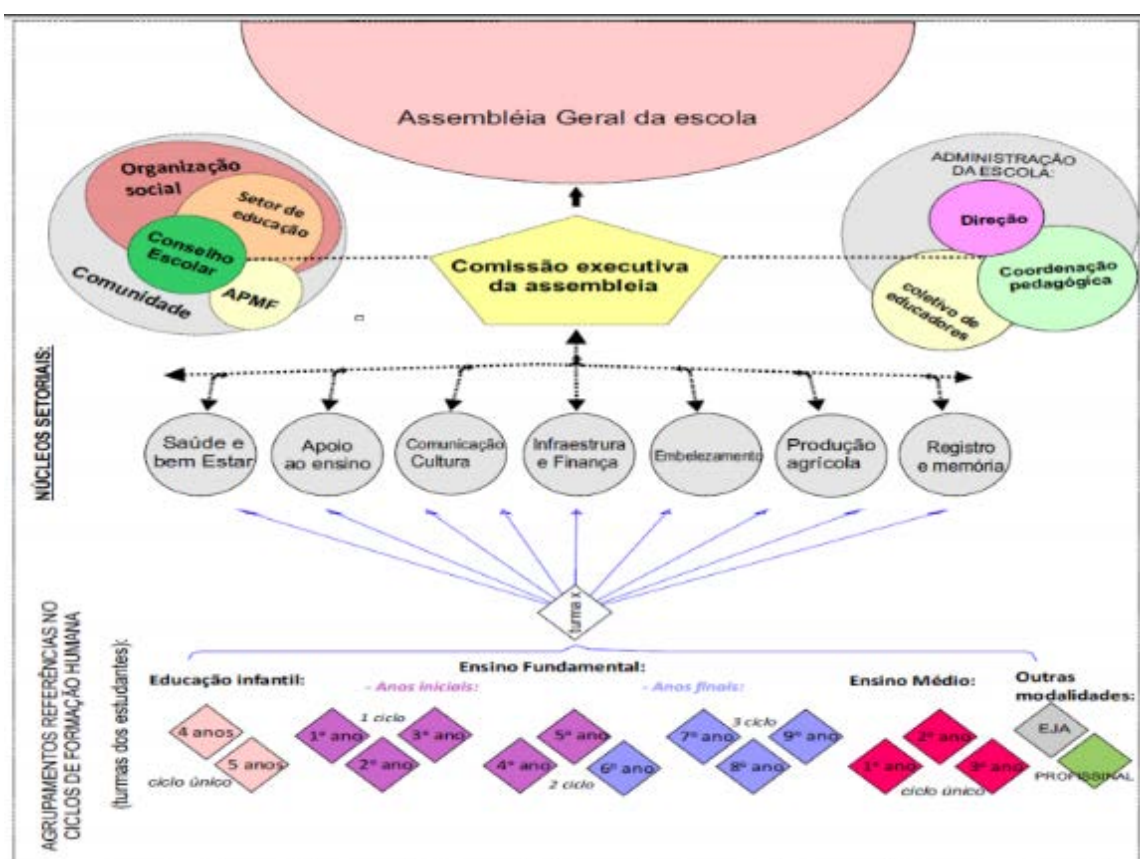
A partir de 2013, a Escola Itinerante Zumbi dos Palmares, segue o Plano de Estudos, ou seja, a prescrição curricular para a Escola Base e para as Escolas Itinerantes do MST, do Paraná. O plano compreende em um documento de planejamento, com 300 páginas, que contempla do 6º ao 9º ano e visa orientar o trabalho pedagógico nessas escolas.

O Plano de Estudos é composto por vários Complexos de Estudo, que foram criados a partir da realidade vivenciada no movimento, do entorno das escolas e suas dinâmicas. Desta maneira, os conteúdos ensinados fazem mais sentido se atrelados à vida dos educandos, pois a educação não acontece só na escola, mas também na escola. Por isso, o trabalho escolar deve ter relação com outros aspectos que formam o sujeito, ou seja, com outras matrizes formadoras (SAVI, 2014).

De acordo com Savi e Antônio (2016, p. 366), o Plano de Estudo contemplam os seguintes elementos de concepção que fundamentam a proposta, como:

[...] a concepção de Educação e de Matriz formativa; detalhamento das Matrizes: Escola e vida, Escola e Matriz Formativa do Trabalho, Escola e Matriz formativa da Luta Social, Escola e Matriz Formativa da organização Coletiva, Escola e Matriz Formativa da Cultura e Escola e Matriz Formativa da História; orientações gerais sobre a forma escolar: a função pedagógica do meio, a organização política da escola, os tempos da escola, aspectos metodológicos específicos, sequenciamento e duração dos Complexos de Estudo e o processo de avaliação.[...] o Plano de Estudos contempla os complexos, as disciplinas, as porções da realidade/categorias da prática presentes nos complexos, organizados por semestre e por ano, ou seja, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental (SAVI E ANTÔNIO, 2016, p. 366).

Para entender a organização de uma escola itinerante, é essencial compreender os outros espaços que visam a contribuição dos estudantes. Assim, de acordo com o Planos de Estudos, a organização política deve partir da decisão, autonomia e organização de toda comunidade escolar, como demonstra a imagem 2.



**Imagem 2: Esquema da proposta de auto-organização dos estudantes na organização política da escola (MST, 2013, p. 26).**

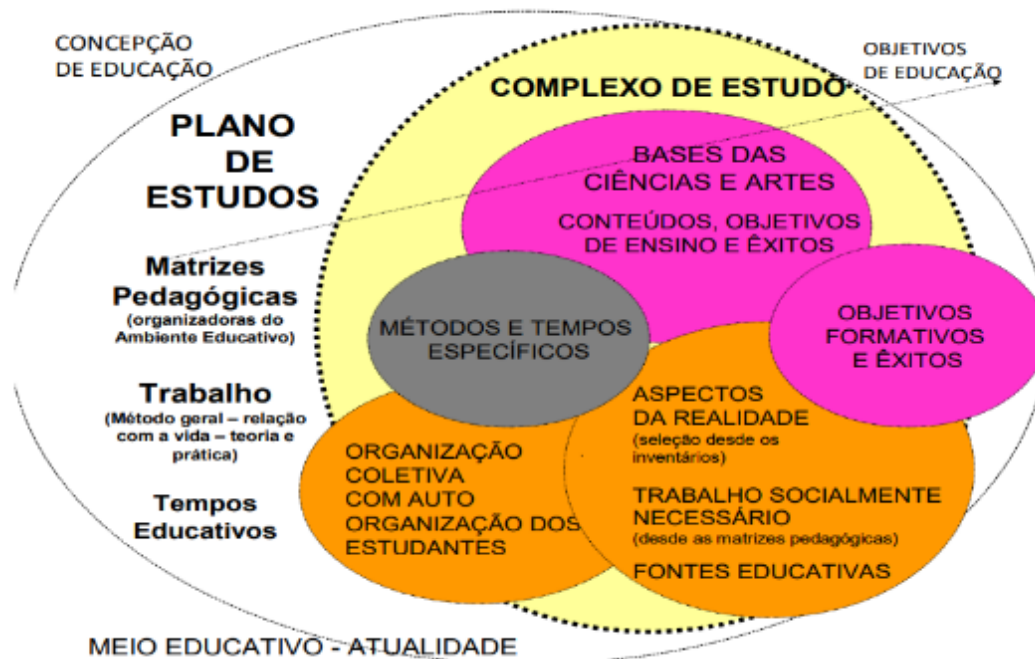
Na prática, podemos enxergar a escola como uma organização na medida que ela se caracteriza como uma unidade social que interage como uma organização viva, trabalhando

coletivamente e democraticamente, colocando o estudante em todo o processo, buscando uma instituição que funcione de forma articulada no controle das suas decisões.

Outro aspecto que tem centralidade nas escolas itinerantes em relação a sua auto-organização, diz respeito à mudança da forma da escola, à alteração das relações lá estabelecidas, à mudança da gestão que passa a exigir a horizontalização das relações, a educação para a autogestão e a ampliação da participação nas decisões sobre o processo pedagógico, como afirma Sapelli (2015, p. 137):

O MST propõe estratégias de auto-organização dos estudantes em várias direções: no que tange à participação mais efetiva no próprio processo de ensino, o que exige a consolidação de metodologias ativas e participativas, organizando-os em Núcleos Setoriais que os insiram no trato de questões importantes em cada local, desde o embelezamento dos espaços até questões políticas, culturais e outras. Percebemos que essa forma de organização supera àquela dos Grêmios Estudantis, que era baseada na educação para a democracia representativa. Na proposta em questão, não se trata de participação por representação, pois a instância máxima é a Assembleia de todos os estudantes, portanto, participação efetiva (SAPELLI, 2015, p. 137).

Já a imagem 3, demonstra os Complexos de Estudo, evidenciando as matrizes pedagógicas, trabalho, tempos educativos, bases das ciências e artes, objetivos formativos êxitos, aspectos da realidade, organização coletiva, dentre outros.



**Imagem 3: Planos de Estudos (MST, 2013, p. 33).**

Como pode-se observar, cada Complexo de Estudo que tem sustentação em determinada concepção de educação, com determinados objetivos, vinculada à atualidade, sendo composto dos seguintes elementos: bases das ciências e das artes (com respectivos objetivos, conteúdos e êxitos esperados); objetivos formativos (e êxitos esperados); aspectos da realidade; trabalho socialmente necessário; métodos e tempos específicos; organização coletiva com auto-organização dos estudantes e fontes educativas.

Com essa proposta, a Escola Itinerante Zumbi dos Palmares visa conectar os conteúdos com os temas da realidade do cotidiano, provocando um processo de luta e de tomada de consciência da realidade vivenciada, mediante da qual se demanda um posicionamento, bem como na promoção das informações produzidas historicamente e socialmente, que representam um instrumento de luta e de denominação desses posicionamentos.

A Escola Itinerante Zumbi dos Palmares, é uma escola pública gerida pelo Governo do Estado do Paraná, que aprovou o funcionamento dessas escolas sob o Parecer N°1012/03, em 08 de dezembro de 2003, sendo uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Porém, desde sua criação até a implementação dos Complexos de Estudos, a escola vem enfrentando algumas dificuldades relativas a consolidação dessa proposta. A principal, é pautado na troca frequente de professores, que graças a alta rotatividade dificulta a implementação. Tal fato se caracteriza pois grande parte dos professores são contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS), realizado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). Essa contratação é realizada anualmente, por meio de edital que origina uma classificação. A classificação é gerada de acordo com a pontuação dos candidatos, que é obtida por meio dos títulos informados no momento da inscrição: escolaridade, tempo de serviço, pós-graduação, etc. O candidato que não comprovar a escolaridade é excluído do processo. Após comprovar os dados da inscrição, o candidato está apto a ser contratado. A contratação é por prazo determinado e poderá ocorrer assim que houver necessidade por parte de um estabelecimento de ensino do Estado. Nesse processo contrata-se professores, pedagogos, intérprete de libras, auxiliares de serviços gerais e técnicos administrativos.

Essa troca de educadores dificulta o avançar da implementação, pois quando o educador compreende a proposta acaba saindo da escola e isso exige o reinício do processo com quase todo corpo docente. Como se trata de uma proposta que apresenta uma complexidade, a sua não compreensão também compromete a sua consolidação. A proposta também exige um grande



trabalho coletivo dos educadores entre si; dos educandos entre si; dos educadores com os educandos; dos educadores e educandos com a comunidade (SAPELLI, 2015).

Outro fator que traz empecilhos para o desenrolar da proposta, é a dificuldade no trabalho coletivo, já que cada professor é um ser único, tendo suas crenças, valores e seu próprio jeito de ensinar. A falta de cooperação entre os docentes também é um obstáculo, já que muitos se conhecem a pouco tempo, gerando certo desconforto quando são realizados trabalhos coletivos, e até mesmo um isolamento. Segundo Scherer et al (2009), a construção do coletivo depende da presença de um mínimo de estabilidade e de certa permanência na organização, pois a confiança e a cooperação se constroem com o tempo. A cooperação é fruto da busca do trabalhador pela qualidade do trabalho como uma condição para ter prazer na atividade laboral, saúde mental e construção da sua identidade singular.

A falta de engajamento político com a escola, acarreta rompimento com os anseios da educação do campo do MST, representando dificuldade na implementação da proposta, pois nem todos os educadores envolvidos têm esse posicionamento. Sapelli (2015, p. 140) afirma que, “apesar de serem da classe trabalhadora, alguns educadores se identificam mais com a classe que o explora do que com sua própria classe, portanto, não se dispõem a construir uma proposta educativa na perspectiva da emancipação humana”.

A dificuldade financeira enfrentada pelo sucateamento da educação paranaense faz com que a escola e suas propostas percam força, já que a escola não possui subsídios materiais, tecnológicos e até mesmo de funcionários para que proposta se finde. A escola não conta com laboratório de informática e de ciências, biblioteca satisfatória, quadra poliesportiva, auditório, internet, dentre outras infraestruturas que são essenciais para uma que haja um aprendizado aceitável.

Em relação a formação continuada, Sapelli (2015, p.140), explana que:

Nesse caso representa um processo de estudo e de aprofundamento para entender os fundamentos e construir os encaminhamentos teórico-metodológicos necessários à consolidação do Plano de Estudos. Há ainda a necessidade, além da formação continuada centralizada, envolvendo todos os participantes, de um acompanhamento mais próximo, em cada local, para sanar as dúvidas que forem surgindo no processo. O Movimento conseguiu apoio de alguns educadores das Universidades parceiras e de algumas pessoas do setor estadual de educação do MST, mas esse acompanhamento tem sido muito pontual e esporádico.

A falta de formação continuada, aliado a descontinuidade pela troca de educadores, dentre os outros fatores citados, potencializa as dificuldades de implementação da proposta na Escola Itinerante Zumbi dos Palmares, mas percebe-se que grande parte dos educadores,

principalmente daqueles que são do Quadro Próprio do Magistério (Concursados), representam a real pretensão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com sua educação.

### **Considerações Finais**

Apesar do grande avanço na parte pedagógica, ela ainda tem muito que crescer, como criar materiais específicos para o trabalho pedagógico e principalmente investindo em formação continuada, pois é evidente as dificuldades enfrentadas pelos seus professores e alunos. Esse ambiente vivo reflete nos alunos, que apesar das dificuldades enfrentadas a cada dia letivo, estão à procura de uma melhor qualidade de vida. O chão batido, falta de banheiro, energia elétrica, carteiras e cadeiras em boas condições, não são empecilhos para que a verdadeira educação aconteça. É claro que é preciso melhorias na estrutura física, contudo o mais importante é que os educandos se tornem agentes transformadores de mudanças, levantando as ideologias do movimento para a vida.

Nesse sentido, ficou exposto a diferença da Escola no Campo, para a Escola do Campo, no qual a Educação do Campo se reflete na prática social e está sempre em constante construção, diferente da Educação no Campo, onde os saberes são trazidos do meio urbano e são difundidas no meio rural, sem se atentar as aspirações daquele povo.

Em relação ao Complexo de Estudo, fica claro que a Escola Itinerante Zumbi dos Palmares ainda precisa sanar suas dificuldades já mencionadas, possuir ter um currículo pautado na realidade da comunidade escolar, o qual contribua realmente com a mudança no modo de viver e de se relacionar do sujeito no meio onde está inserido.

Por fim, a escola possui seus objetivos bem definidos e uma pedagogia que prepara criticamente os educandos para o convívio nos acampamentos, sabendo o valor do partilhar, da vida com responsabilidades e do papel do cidadão, ou seja, esse lugar dentro do Movimento dos Sem Terra é um exemplo de resistência.

## Referências Bibliográficas

HENRIQUES, R. et al. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, DF: SECAD/MEC, 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Escola itinerante do MST: história, projeto e experiências. **Cadernos da Escola Itinerante do MST**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa de formação dos educadores (as) da escola itinerante do Paraná (experimentação dos Complexos de Estudo)**. Curitiba: MST, 2013.

SAPELLI, M. L. S. Escola Itinerante: espaço de disputa e contradição. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 129-143, jan./mar. 2015.

SAVI, C. L. **Complexos de Estudo: Investigando Um Experimento de Currículo em uma Escola de Assentamento do MST no Paraná**. Francisco Beltrão. 2014. 144 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SAVI, C. L, ANTONIO, C. A. Complexos de estudo: investigando um experimento de currículo em uma escola de assentamento do MST no Paraná. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 357-373, maio/ago. 2016

SUCHECKI, M. A Educação do Campo no Núcleo Regional da Educação de Cascavel: Trajetória e Desafios. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada11/artigos/8/artigo\\_sim](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/8/artigo_sim)>. Acesso em: 26 ago. 2017.